



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 266/2026
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

INSTRUMENTO DE CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 109/2026
Art. 89 da lei 14.133/2021

Contratação de Serviços CONTÁBEIS, celebrado entre o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA OLINDA e **CENTRAL CONTABILIDADE LTDA** através da INEXIGIBILIDADE de Licitação Nº 015/2026.

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA OLINDA, ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, sede nesta Cidade, inscrita no CNPJ sob nº. 30.746.268/0001-38, com endereço Rua 21 de abril nº 1565, CEP: 77.790-000– Setor Central, Nova Olinda – TO, representada por sua atual gestora a senhora, **ANA MARIA CHAVES DOS SANTOS**, servidora pública, e portadora do CPF nº. 767.970.151-20, residente e domiciliado neste município, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a **EMPRESA: CENTRAL CONTABILIDADE LTDA**, com sua sede na Rua Raul do Espírito Santo nº. 1171 - Centro, Colinas do Tocantins - TO, CEP: 77.760-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Tocantins - TO, sob nº 17200320712, e posterior alteração, inscrita sob o CNPJ: 10.566.444/0001-42 neste ato respresentado pelo Sr. VIRLEI DIAS CARRIJO, brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado na Rua Raul do Espírito Santo, nº 2024 - Centro, Colinas do Tocantins - TO, CEP: 77760-000 portador do RG nº. 1.860.804, SSP/GO. Carteira Profissional nº 00360/0-7 CRC/TO e CPF nº 427.118.271-00 doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar a presente Contratação para serviços advocatícios, subordinado ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21, e suas posteriores alterações, e no Termo de Referencia Inexigibilidade de Licitação n.º 015/2026, ao qual integra o presente avença para todos os efeitos e nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação direta de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de CONTABILIDADE PÚBLICA com responsabilidade técnica sobre a elaboração de peças contábeis do Fundo Municipal de Educação de Nova Olinda/TO, na confecção dos balacentes mensais, a elaboração do balanço do ordenador, bem como a alimentação dos dados contábeis junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins através do SICAP contabil, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência considerando a necessidade no atendimento do interesse público, conforme previsto no artigo 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/21, e de acordo com as especificações e quantidades abaixo discriminadas, bem como, as obrigações assumidas pela CONTRATADA constam no Termo de Referência e no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 015/2026 e seus anexos, cujo processo, norma, instruções nela contidas, assim também a proposta da contratada, passam a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

Este instrumento vigorará pelo prazo a contar da data de sua assinatura até 12

Assinado digitalmente por VIRLEI DIAS CARRIJO:42711827100
Nº. CRRF: 000360/0-7 CRC/TO
SCL/UTI Multissign v5.001-4033347000360/0-7 CRC/TO
Data: 2026.10.21 17:38:10-0300
Localização:
Fonte: PDF Reader Versão: 2025.2.1



(doze) meses, o qual poderá ser prorrogado conforme no art. 107º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 por ter natureza continuada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Pelo cumprimento do objeto do presente contrato o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total estimado de **R\$ 117.650,00** (cento e dezessete mil e seiscentos e cinquenta reais) podendo ser pagos conforme da seguinte forma abaixo informada e com emissão de nota fiscal.

- Divididos em 13 (treze) parcelas iguais;

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA OLINDA					
ITEM	UNID.	QUANT	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	PARC	12	Prestação de serviços técnicos de CONTABILIDADE PÚBLICA com responsabilidade técnica sobre a elaboração de peças contábeis e confecção dos balacentes mensais, e ainda alimentação dos dados contábeis junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins através do SICAP contabil, do Fundo Municipal de Educação de Nova Olinda/TO.	R\$ 9.050,00	R\$ 108.600,00
02	PARC	01	Serviços especializados na elaboração do Balanço de ordenador 7ª remessa	R\$ 9.050,00	R\$ 9.050,00
TOTAL APRESENTADO					R\$ 117.650,00

CLÁUSULA QUARTA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão pela classificação orçamentária no exercício de 2026 conforme abaixo descriminado:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA OLINDA -TO

FICHA..... 000528

ÓRGÃO..... 000006 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FME

UNIDADE: 000012 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA OLINDA - FME

FUNÇÃO..... 000012 - Educação

SUB-FUNÇÃO.....: 000122 – Administração Geral

PROGRAMA.....: 000005 – GESTAO DA POLITICA PUBLICA EDUCACIONAL.

PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE

ELEMENTO.....: 339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR

FONTE:: 1.500.1001 e 2.500.1001

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Educação de Nova Olinda conforme proposta de preço em uma e/ou duas etapas, mediante apresentação da nota fiscal/fatura;

A nota fiscal deverá ser emitida com todas as informações previstas em lei e ainda as informações do procedimento que original a contratação, sendo: **Número do Processo Administrativo, Modalidade e Nº e, nº do contrato.**

As notas fiscais/faturas serão emitidas em Real; e se apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu pagamento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida;



Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar a Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB - e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN - referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU – DAU – Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. , o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, em vigor, conforme determina o artigo 195, § 3º, da Constituição Federal e o artigo 55, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/21 e Prova de regularidade trabalhista, com a apresentação da respectiva certidão, em conformidade com a Lei Federal nº 12.440/2011 de 07 de julho de 2011;

O pagamento será efetuado por depósito bancário, devendo para isto, a contratada apor à nota fiscal, número da conta corrente, da agência e do banco;

Os valores das notas fiscais estão sujeitas a retenções tributárias na forma da lei.

Observar as orientações pormenorizada em tópico específico no Termo de Referência.

PARAGRAFO ÚNICO: Em caso de não pagamento do valor descrito na Cláusula Terceira, a CONTRATADA não possuirá obrigação em realizar os serviços objeto deste Instrumento, ficando o contrato rescindido de pleno direito e a CONTRATANTE sujeita à aplicação da multa prevista na Cláusula Décima Sexta;

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A contratada deverá executar todos os serviços de acordo com este instrumento e em conformidade com as normas pertinentes, legislações vigentes e determinações dos serviços públicos locais.

A prestação dos serviços deve ocorrer de forma híbrida, in loco, como também à distância.

A execução in loco se dará no prédio da Prefeitura Municipal de Nova Olinda – TO.

Os serviços deverão ser prestados necessariamente por uma equipe técnica da empresa contratada, composta de no mínimo 02 (dois) profissionais/contador devidamente habilitados e registrados no Conselho Regional de Contabilidade, e em situação regular perante o mesmo, contendo pelo menos um dos contadores evidentemente com qualificação técnica e notória especialização em Contabilidade Pública, correspondente ao objeto em testilha.

Os serviços serão prestados alienados a no mínimo 01 (uma) visita semanal na Prefeitura e no Fundo Municipal e, ainda de assistência diária (e-mail, Whatsapp, sms, celular, etc), em tempo integral, para efeito de assessoria e consultoria contínuas, por meio de contatos diretos com os agentes públicos do contratante.

Os profissionais contratados deverão utilizar as estruturas de softwares e equipamentos de informática em funcionamento na Prefeitura.

A contratada deverá prestar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a execução dos serviços.

Apresentar comprovação de aptidão para desempenho das atividades pertinentes com o objeto através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito Público e/ou físicas de direito privado.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação, conforme regulamentado pelo Art. 96 e seguintes da Lei federal nº 14.133/21.

A contratada deverá cumprir os prazos previstos para envio de informações via SICAP-

Assinado digitalmente por VIRLEI DIAS
CARRIJO:4
2711827100



CONTÁBIL, previsto na IN ° 003 de 31 de agosto de 2022, acompanhadas de suas atualizações, que regulamenta o Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública – módulo Contábil Municipal, onde o não cumprimento será as multas imputadas aos gestores de responsabilidade o pagamento das mesmas, à CONTRATADA, exceto, se o ocorrido for dado causa pelo próprio gestor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Reparar, às suas expensas e sem ônus para o Fundo Municipal de Educação de Nova Olinda/TO qualquer serviço prestado, objeto do ETP e Termo de Referência, que porventura apresentar defeito/ incorreção e ou não apresentar aspecto satisfatório em sua forma de execução e apresentação;

7.1 Cumprir fielmente todos os ajustes necessários, de modo que a entrega dos serviços avançados se realizem com perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência.

7.2 - Recrutar, contratar e manter, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, o pessoal necessário à perfeita execução dos serviços objetos deste Contrato, cabendo-lhe arcar com todas as despesas e remuneração do seu pessoal, envolvido na execução dos serviços, cumprindo rigorosamente as exigências da legislação trabalhista, previdenciária, tributária e fiscal, de seguro, higiene e segurança do trabalho, assumindo todas as obrigações e encargos legais inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes de eventuais infrações cometidas, em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade para o **CONTRATANTE**.

7.3 - Responsabilizar-se pelo desempenho e comportamento de seu pessoal, substituindo aqueles cuja atuação não satisfaça plenamente o bom andamento dos serviços contratados. Essa substituição poderá ser requerida pelo **CONTRATANTE** e o substituto deverá ter a sua aprovação.

7.4 - Responsabilizar-se, por si e por seu pessoal técnico durante a execução dos trabalhos objetos deste instrumento.

7.5 - Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso das tecnologias e recursos tecnológicos disponibilizados pela Contratada, metodologias e padrões técnicos, respondendo, neste caso, individual e diretamente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas a terceiros, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

7.6 - Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da entrega dos serviços citados no objeto.

7.7- Manter, durante a vigência deste Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que o originou, em compatibilidade com as obrigações assumidas neste ajuste.

7.8 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos assumidos perante o **CONTRATANTE**.

7.9 - Arcar com todas as despesas relativas a impostos e taxas fixas ou variáveis relativas à prestação dos serviços objetos do Termo de Referência, inclusive as despesas com deslocamentos de pessoal, traslados, alimentação e hospedagem que porventura sejam necessárias.

7.10 - Emitir documento fiscal com detalhamento da prestação de serviço junto a **CONTRATANTE** constando sempre horário de início e término, data, local, secretaria, solicitante, técnico responsável e descritivo das atividades realizadas devidamente assinada pelo solicitante da **CONTRATANTE**.

7.11 – **Observar as obrigações e demais pormenorizadas em tópico específico do**



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES

Constitui responsabilidade da CONTRATADA as eventuais falhas decorrentes de imperícia na execução dos serviços, exceto se as mesmas originarem de informações, declarações ou documentação inidônea ou incompleta que lhe forem apresentadas, bem como omissões próprias do CONTRATANTE ou decorrente de desrespeito à orientação prestada. Sujeitas a aplicação das infrações e sanções previstas no artigo 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA NATUREZA DO CONTRATO

A prestação de serviços especializados de contabilidade pública possui natureza continuada.

- **Necessidade permanente:** A contabilidade pública não se esgota com a entrega de um único relatório; ela exige escrituração e controle diário, semanal, mensal e anual de receitas e despesas.
- **Atendimento contínuo ao interesse público:** O serviço atende a uma demanda ininterrupta e essencial para a administração e para a prestação de contas aos órgãos de controle (como Tribunais de Contas).
- **Ultrapassa o exercício financeiro:** A execução perdura por mais de um ano, podendo ser prorrogada e estendida conforme as regras da [Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos \(Lei nº 14.133/2021\)](#).

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INEXECUÇÃO E NULIDADE DO CONTRATO

Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, conforme os aspectos previstas no artigo 147 da Lei nº 14.133/2021, seguidos dos artigos 148 a 150 da referida lei.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – TRIBUTOS

- É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, os ônus tributários, encargos sociais e trabalhista decorrentes deste Contrato.
- O CONTRATANTE, quanto fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela Legislação Vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas, nos prazos legais.
- Caberá a CONTRATADA toda responsabilidade pelo ônus e obrigações decorrentes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MULTA CONTRATUAL

Fica estipulada uma multa de 10% (dez por cento) do valor residual do presente instrumento a ser suportada pela parte que descumprir quaisquer destas cláusulas contratuais a contratuais, independentemente da reparação do dano causado à parte prejudicada com observância aos art. 155º e 156º da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula – se ao:

- Processo Administrativo nº. 266/2026;
- Estudo Técnico Preliminar;

VIRLEI DIAS
CARRIJO:4
2711827100

Assinado digitalmente por VIRLEI DIAS
CARRIJO:42711827100
ND= C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLLUTI
Multipia v5, OU=45353747000161, OU=Presidência, OU=Certificado PF-A1, CN=VIRLEI DIAS CARRIJO:42711827100
Razão: foi o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.10.21 17:40:05-0300
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1



- Termo de Referência;
- Ato de Autorização que originou a autuação da INEXIGIBILIDADE de nº 015/2026;
- Proposta vencedora;
- E demais anexos do processo parte integrante deste instrumento. Com fundamentação no art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE, após assinatura deste Instrumento Contratual providenciará a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme determina o artigo 94, da Lei nº 14.133/2021 bem como a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Olinda – TO e ainda no Sistema Integrado de Licitações e Contratos do TCE/TO (SICAP-LCO).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO E COMARCA

Quaisquer pendências deste instrumento serão resolvidas no Foro da Comarca de Araguaína - TO, para isso acordam as partes.

Nova Olinda - TO, 21 de outubro de 2026.

ANA MARIA CHAVES
DOS
SANTOS:76797015120

Assinado digitalmente por ANA MARIA CHAVES DOS
SANTOS:76797015120
RG: C-BR, CN=ANA MARIA CHAVES DOS
SANTOS:76797015120, O=ICP-Brasil, OU=Certificado PF A1
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.10.22 16:13:31-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.1

FUNDO MUN. DE EDUC DE NOVA OLINDA

CNPJ: 30.746.268/0001-38

ANA MARIA CHAVES DOS SANTOS

CPF/MF sob o nº. 767.970.151-20

Secretária e Gestora Municipal de Educação

Portaria Municipal Nº 233/2025

CONTRATANTE

VIRLEI DIAS
CARRIJO:42711827100
711827100

Assinado digitalmente por VIRLEI DIAS
CARRIJO:42711827100
RG: C-BR, CN=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI
Multiplex, OU=45593747000161, OU=Presencial, OU=Certificado PF A1, CN=VIRLEI DIAS CARRIJO:42711827100
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.10.21 17:40:22-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

CENTRAL CONTABILIDADE LTDA

CNPJ nº 10.566.444/0001-42

VIRLEI DIAS CARRIJO

Responsável

Carteira Profissional nº 00360/0-7 CRC/TO

CPF nº 427.118.271-00

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF Nº _____

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF Nº _____